

PERCEPÇÕES SOCIOESPACIAIS: RURAL/URBANO- O PEQUENO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO DAS MISSÕES/RS.

Aline Beatriz Stock Eich

[PPGDR/FACCAT / Taquara-RS/Brasil / beatrizeich@hotmail.com](mailto:beatrizeich@hotmail.com)

Bolsista Capes

Resumo

As transformações no espaço são constantes, pois resultam da ação humana. Da mesma forma o meio rural brasileiro vem se modificando, tentando se adaptar, passando por transfigurações que se intensificam principalmente a partir década de 1970, quando o país incorpora um modelo de produção baseado na motomecanização e agroquímicos. Acarretando, assim, um aumento significativo na produtividade, porém eleva também os problemas no âmbito físico-natural. Neste contexto, diante dessas mudanças, ocorre a necessidade de reorganização espacial, uma vez que o espaço e os elementos que o compõem são mutáveis. O objetivo deste artigo está atrelado a (re) estruturação e (re) significados do rural e do urbano, partes de um espaço geográfico que compõem a totalidade terrestre. Portanto, buscou-se compreender dentro de um recorte espacial pré-definido, no pequeno município de São Paulo das Missões, a noroeste do Rio Grande do Sul, a percepção dos que o habitam; sobre o significado do rural e do urbano, bem como sua reprodução no dia a dia local.

Palavras chaves: organização espacial, rural e urbano.

1- Introdução

As transformações no espaço são constantes, incontestavelmente surgem da ação humana. Ocorre que no período histórico no qual vivemos as alterações não acontecem mais pela necessidade do homem, mas sim em função do acelerado e incontrolável consumismo enunciado pelo nosso sistema econômico, capitalista.

Da mesma forma, o meio rural brasileiro vem tentando se adaptar as novas mudanças, passando por diversas transfigurações, que se intensificaram a partir da década de 1970, principalmente. Período este, marcado pela difusão de um modelo agrícola baseado na mecanização e uso massivo de agroquímicos. Aliás, a difusão não se deu apenas na forma de produzir, a qualquer custo, inclusive utilizando-se da ciência

para modificar geneticamente espécies vegetais, mas acima de tudo intensificou consideravelmente os problemas na esfera ambiental.

Neste ínterim, Lindner (2012, p. 13) alega que:

[...] a organização espacial está diretamente ligada aos modos de vida dos que habitam este espaço e que este é organizado de acordo com as necessidades, vontades e possibilidades de uma determinada sociedade. E neste sentido pensar como um espaço se organiza requer a busca pelo entendimento de toda a sua dinâmica, seus habitantes, cultura e vivências, bem como a forma como estes pensam o seu lugar.

Dentro deste contexto, foram complexas e diversas as discussões sobre o espaço em geografia. A epistemologia do pensamento geográfico através de suas correntes filosóficas contribuiu ao longo dos séculos, através das distintas escolas geográficas com autores cujas percepções a cerca deste conceito foram interpretadas de diferentes maneiras.

É neste sentido que a escola tradicional de geografia através de autores como Ratzel e Hartshorne já discutiam o espaço em suas obras, porém, no caso do segundo, de modo implícito (espaço absoluto). Enquanto que para Ratzel o espaço era “[...] entendido como a expressão das necessidades territoriais de uma sociedade em função do seu desenvolvimento tecnológico, do total da população e dos recursos naturais” Corrêa (2003 p.17-18).

Já para a geografia teórico-quantitativa, o foco era o raciocínio hipotético dedutivo, no qual predominava os modelos da física e da matemática. No entanto o espaço é entendido e logo comparado ao que Ullman (1954), Watson (1955), Schaefer (1953) e Bunge (1966) apud Corrêa (2003, p. 23), classificam como, uma planície isotrópica:

[...] sendo que nesta planície de lugares iguais desenvolvem-se ações e mecanismos econômicos que levam a diferenciação do espaço, diferenciação esta que é vista como um equilíbrio espacial. É nesta escola que surge pela primeira vez a preocupação em analisar o espaço geográfico como uma categoria de análise da disciplina, embora muito limitada a princípio.

Já na década de 1970, o mundo acompanha a origem da geografia crítica, fundamentada no materialismo histórico e dialético, indo de encontro à geografia

tradicional e teórico- quantitativa, rompendo com os pensamentos tradicionais e principalmente, resgatando, trazendo à “tona” as discussões sobre o espaço geográfico, porém desta vez, como um conceito chave.

É nesta perspectiva que Lefévre (1976, p.25) defende que “[...] o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. O espaço é entendido como “[...] espaço social vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como um espaço absoluto, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções”. Para Lefévre o espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto) nem o ponto de chegada (espaço como produto social), uma vez que não pode ser utilizado como instrumento político, ou seja, o campo de ações de um grupo ou indivíduo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. O espaço é mais do que isto, para Lefévre (1976, p. 30) “[...] engloba todos estes aspectos e a ultrapassa”.

Portanto, a compreensão sobre o espaço geográfico se faz necessário uma vez que a ciência geográfica passa a abordar o rural e o urbano como dimensões espacializadas, ou seja, o espaço rural e o espaço urbano compõem a totalidade espacial. Assim, analisar estas partes é um dos objetivos deste trabalho.

Dessa forma, para o desenvolvimento deste artigo, foi necessária a delimitação de uma área, o município de São Paulo das Missões, localizado no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e integrante da Microrregião Geográfica de Cerro Largo. Este pequeno município, cuja estrutura fundiária se deu sob a égide de pequenas e médias propriedades sintetiza bem a integração e/ou conflitos no âmbito das discussões entre o rural e urbano, ou sob a perspectiva do que muitos autores vêm tratando como “Novas Ruralidades”.

1.1 A dimensão do rural e seu reflexo sobre o urbano

Os fluxos de informações contemporâneas permitem acompanhar com clareza a proporção e resistência do fenômeno rural e suas características nada ínfimas de suas dimensões. Mesmo que o urbano tenha se infiltrado e se espalhado pela superfície terrestre, esforçando-se para minimizar o meio rural dos mapas, considerando as discussões que tratam sobre o esvaziamento destas áreas, (Sarraceno- 1994; Kaiser,1990) e somando a isso os governos que utilizam índices nada confiáveis para mensurar a porcentagem de áreas rurais no Brasil, ainda assim, em meio a tendências

globalizantes escandalosas, porém naturais, o meio rural torna-se um espaço cada vez mais singular, de expressões específicas que vêm atraindo o interesse de muitos pesquisadores que percebem a necessidade de manter essas especificidades e desenvolve-las, como alternativa econômica e social. Para que jamais estas áreas sejam esquecidas ou anuladas e que com isso se anule também a história dos indivíduos que habitam estas comunidades, e que fazem parte da história do país. Neste contexto, de acordo com Veiga (2000) não existe desenvolvimento rural como fenômeno concreto separado do desenvolvimento urbano.

Mas afinal, o que é rural?

“O conhecimento científico é incompleto, inconcluso”, o que segundo Morin (1996), é próprio da ciência. Sabe-se também que não é possível chegar a uma definição única e precisa, sobre o rural, devido à complexidade que envolve o tema.

Muito embora, a “[...] diferença entre espaços urbanos e rurais se produz em função da divisão do trabalho (...) mas essa separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção” (SOBARZO, 2006, p. 55). Destaca-se que a superação enunciada, está relacionada às novas formas de produzir, o que não significa afirmar que o rural esteja fadado ao sumiço, bem como as atividades agrícolas nele desenvolvidas, o que ocorre é um reordenamento dos espaços rurais e urbanos, ambos coexistem, porém com diferenciações.

Como explica Baptista (2001), a Sociologia Rural, no início do século XX, também já distinguia rural e urbano:

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base em algumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações, diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os polos extremos (BAPTISTA, 2001, p. 55).

A percepção sobre as particularidades do rural são mais visíveis para quem habita estes espaços, do que para os que residem na área urbana, sendo que na maioria

das vezes estes são representados por pequenos municípios, distritos e ou subdistritos, vilas também denominadas em algumas regiões do Brasil de vilarejos.

A reprodução dos modos e hábitos rurais se manifesta de forma bastante diferenciada das que ocorrem no urbano, à projeção dos bens tangíveis e intangíveis na área rural são estritamente relacionadas ao passado histórico dessas comunidades e da população que as habitam, como exemplo, as festas populares que homenageiam santos ou que retomam de forma divertida, atividades que eram desenvolvidas no país de origem dos imigrantes deste espaço (alemães) neste caso, como a kerbefest, que acontece no município em estudo.

No espaço urbano, a questão cultural nos últimos anos, parece ter se perdido em meio à promiscuidade cultural que se estabeleceu na globalização. Ao que tudo indica em alguns espaços os indivíduos se esqueceram de suas raízes culturais, da história dos seus antepassados, da forma de fazer e dos seus saberes (únicos). Ou ainda pior, não querem lembrar, pois este passado, frente às transformações socioeconômicas atuais, fortemente gerenciadas pelas novas tecnologias parece mais interessante e promissor do que um passado simples. Sobre estes aspectos SANTOS contribui, ressaltando que:

É preciso perceber três espécies de globalização se queremos escapar à crença de que este mundo, assim como nos é apresentado, é a única opção verdadeira: há o mundo tal como nos fazem vê-lo, com a globalização como fábula; o segundo é o mundo como ele é com a globalização como perversidade; e o terceiro, o do mundo como ele pode ser, o da outra globalização. [...] a globalização perversa, ataca a maioria dos países pobres, trazendo miséria, fome e doenças. A educação de qualidade mais inacessível. Os males espirituais e morais alastraram-se e aprofundaram-se (os egoísmos, cinismos e corrupções).

Destaca-se, no entanto que essa dicotomia, começa a ser superada. O rural não deve ser definido como o “tempo lento” e nem o urbano como “tempo acelerado e curto” (BAGLI, 2010, p. 83). Sabe-se que o rural hoje, é um espaço no quais os elementos da tecnologia já fazem parte do dia a dia do homem do campo, seja no maquinário empregado nos cultivos, seja no acesso à internet e uso de computadores para se adequar as especificidades de empregadores rurais, cooperativas, enfim, a tecnologia no campo já é uma realidade. Assim como o urbano não deve ser entendido apenas como o local onde a tecnologia, a modernização destaca-se das demais características desta população, culminando na principal justificativa para percepção do

tempo acelerado e curto, uma vez que estas denominações advêm de uma série de outros fatores, entre eles a maneira como esses habitantes vivenciam esses espaços (rural e urbano).

Vários podem ser os fatores que levaram a esse entendimento dicotômico entre o rural e o urbano, mas de acordo com Endlich (2010, p. 11) “as condições políticas e sociais que permitiram a divisão sócio espacial do trabalho, originaram a contraposição entre o rural e o urbano”:

[...]. No espaço rural foi desenvolvido um tipo específico de trabalho, ligado a produção de produtos primários. No espaço urbano as relações de trabalho estão associadas à produção de produtos industriais, ligado ao setor secundário e terciário.

Segundo Silva (2010), tanto o urbano quanto o rural referem-se às questões sociais, mas não consideram o espaço enquanto produto, apenas como meio onde as relações sociais e econômicas se desenvolvem. É neste contexto que se retoma o conceito de formação socioespacial de Santos (2009, p. 73), pois tanto a questão urbana quanto a questão agrária estariam imbricadas em uma “questão socioespacial”.

Também sob esta ótica o sociólogo Freyre (1982, p. 57) afirma que:

[...] a integração entre o rural e o urbano assume uma nova denominação, “rurbanização”, ou seja, um processo de desenvolvimento socioeconômico que combinam formas e conteúdos de uma só vivência regional, a do Rio Grande do Sul, por exemplo, ou a nacional do Brasil como um todo, valores e estilo de vida rural e valores e estilos de vida urbanos.

Este conceito foi usado pelo autor como uma forma de explicar essa confluência entre o espaço rural e o espaço urbano. Como um fenômeno social, acima de tudo, e que está presente principalmente nas cidades pequenas (KAGEYAMA, 2004).

A discussão sobre a definição de rural é praticamente inesgotável, mas parece haver certo consenso sobre os seguintes pontos:

a) rural não é sinônimo de agrícola e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas. Redes

mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes. (KAGEYAMA, 2004, p. 382)

1.2 Ruralidades

Ora, grosso modo, “rurbanização”, visto anteriormente, nada mais é do que as ruralidades, ou melhor, as “novas ruralidades” que se reorganizaram frente às novas dinâmicas espaciais do urbano e do rural, ou seja, representam alternativas de combate à pobreza no campo e as novas perspectivas de geração de renda. É nesta linha que Abramovay (2003, p. 52), defende que:

Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural se caracteriza por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.

Sem embargo, na perspectiva de análise deste trabalho, recorre-se mais uma vez aos estudos de Lindner (2012, p. 21) a qual entende que:

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não necessariamente são encontrados apenas em nas áreas rurais. Já no que concerne as “novas ruralidades”, percebe-se tratar-se de um fenômeno de raiz urbana, que além de se utilizar das ruralidades, engloba diversos outros elementos e atividades, como forma de geração de renda em atividades direcionadas a um público urbano.

Muito em voga sob outras denominações, as novas ruralidades e/ou pluriatividade reorganizam a forma de trabalho na agricultura familiar, pois as pessoas passam a desenvolver atividades diversas que não necessariamente estejam ligadas a agricultura (SCHNEIDER, 2010).

Em razão da complexidade da discussão, atenta-se para uma confusão conceitual que a permeia, não se deve considerar o campo como sinônimo de rural e nem cidade de urbano. Pois para Silva (2011, 182), rural e urbano são termos mais gerais para falar de

campo e cidade. O rural é maior que o campo e, por conseguinte, o urbano é maior que a cidade.

Quando falamos de rural e urbano incluímos aí o espaço físico, ou seja, o chão e tudo que está nele: os objetos, as ações, as pessoas etc. Ao rural e ao urbano corresponde o chão que caracteriza cada espaço mais a identidade das pessoas que ali vivem. Rural e urbano também compreendem o modo de vida de seus habitantes.

De acordo com o mesmo autor, o rural e o urbano são dimensões que ultrapassam o campo e a cidade. Ou seja, campo e cidade são “[...] espaços da produção que se materializam através do trabalho”. Muito embora as forças que os movem sejam orientadas também pelos interesses e possibilidades, que cada vez mais se projetam sobre os espaços, sobrepondo-se por vezes aos interesses locais. Assim, pode-se assegurar que no campo, as particularidades se destacam:

O campo é a forma concreta das relações que permeia o rural e a cidade a forma concreta das relações existentes no urbano. Assim, é preciso considerar que esses espaços apresentam características próprias que os diferenciam, porém que se relacionam e se complementam (SILVA, 2011, p. 182).

Para Veiga (2007), as cidades necessitam da proximidade com as zonas rurais, pois os seres humanos precisam reestabelecer seu contato com o meio ambiente (natural), assim como as áreas rurais carecem das relações com as atividades e oportunidades encontradas somente nas cidades. É sob esta lógica que as relações entre o urbano e o rural assumem uma nova configuração, a partir das necessidades e extensão territorial, no sentido de apropriação, de poder, produção, de reprodução dos modos de vida ou do saber-fazer (rural-urbano).

Nesta perspectiva, de reprodução de modos que envolvem o rural sobre o urbano e vice-versa, surgem as atividades não agrícolas dentro de um espaço que até então, só produzia bens gerados da agricultura. A este fenômeno Silva (1997, p. 12) caracteriza como sendo pluriatividade configurando-a de duas formas:

i) através de um mercado de trabalho relativamente indiferenciado, que combina desde prestação de serviços manuais até emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas e etc.);

ii) através da contribuição de atividades tipicamente urbanas no setor terciário com o “*management*” das atividades agropecuárias.

À medida que os espaços se (re)organizam, os interesses e possibilidades acompanham esta dinâmica e desta forma, Silva (1997), afirma que milhares de profissionais urbanos se sentem atraídos por facilidades decorrentes e disponíveis das atividades agropecuárias e assim passam a ver o campo como oportunidades de negócios. A pluriatividade torna-se a marca desse “novo agricultor” e assinala vários fenômenos relacionados com o novo rural dos países desenvolvidos.

Tais oportunidades e negócios, conforme Schneider (2010), já existia, todavia não eram valorizadas, não agregavam valor suficiente na renda familiar, eram por vezes mulheres que trabalhavam com o artesanato reutilizando e reaproveitando as sobras dos materiais descartados na agricultura. Hoje, devido à integração com cadeias produtivas, em alguns estados essas atividades ultrapassaram o âmbito familiar transformando-se em atividades com renda real (Incaper, 2010).

2- Metodologia da Pesquisa

Assim, para a execução deste trabalho inicialmente buscou-se o aprofundamento das discussões teórico-metodológicas buscando aprofundar o marco teórico da investigação via consulta bibliográfica. Para tal, utilizou-se de conceitos básicos como: organização do espaço, rural, urbano, pluriatividade, ruralidade, dinâmica espacial, entre outros. Definida a linha teórica, delineou-se a parte prática da pesquisa, que constituiu o trabalho de campo na área. Para o estudo deste município, envolvendo as características demográficas, a práxis do trabalho esteve alicerçada em coleta de informações primárias e secundárias (dados estatísticos via IBGE e FEE), referentes à temática. Nesse sentido, também foram entrevistados ex-administradores de cooperativas, proprietários de terra, comerciantes, habitantes da área urbana e rural, a fim de entender como estes sujeitos percebem o rural e o urbano e como a identidade cultural desses se reproduz no espaço em análise.

3- Onde está o urbano? O caso do pequeno município de São Paulo das Missões/RS

De acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) todas as sedes municipais (cidades) e sedes distritais (vilas) são definidas como urbanas. No entanto, em inúmeros pequenos municípios no interior do Brasil ainda pode-se observar solidificados em seu espaço características muito fortes do “mundo rural” mesmo em áreas consideradas urbanas (LINDNER 2012, p.25).

Até que ponto pode-se afirmar que algumas representações urbanas, como um casarão no qual funciona um pequeno hospital, poucas lojas de vestuário, “mercadinhos”, dois bancos e uma singular rodoviária que ora confunde-se com a moradia da proprietária e os quais circundam a prefeitura, pode ser considerado área urbana? Ao considerarmos outras variáveis as dúvidas ainda persistem, e a rotina desta área considerada pelo IBGE como urbana, é visivelmente baseada no fluxo rural. O conhecimento empírico, a vivência do lugar e os trabalhos de campo nos permitem uma breve análise acerca da percepção dos indivíduos externos a ele, e da própria comunidade que se identifica com toda a dinâmica espacial que a estrutura.

Assim, sobre a área analisada neste trabalho, ou seja, um município de pequena extensão territorial, cuja população total em 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 6.364, dos quais 4.165 vivem na área rural e apenas 2.199 vivem na zona urbana, destacando-se ainda que a estrutura fundiária é predominantemente de pequenas e médias propriedades rurais, constituídas por unidades de produção familiar.

Podemos inferir que este, sem dúvidas é o único lugar onde a população que ainda reside lá escolheria para viver, conforme conversa com os moradores, São Paulo das Missões é um lugar muito tranquilo, onde filhos e netos sempre retornam nas férias, finais de semana e feriados, para rever parte da família e amigos que ficaram neste lugarejo, muitas famílias afirmaram que não trocariam o município por nenhum outro, sentem-se elementos, integrantes deste espaço.

depois pertenceu ao município de São Borja, durante 46 anos, ou seja, até 1880, depois pertenceu durante 74 anos ao município de São Luiz Gonzaga, até 1954, quando então passou a pertencer ao município de Cerro Largo, pelo período de 11 anos, até 1965 quando através de sua emancipação política e administrativa passou a ser um novo município no Estado.

No ano de 1970, após quatro anos de emancipação, foram realizados os primeiros censos demográfico e agropecuário da área em estudo. Segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), o município tinha uma população total de 10.180 habitantes, sendo que destes, 9.750 moravam na zona rural e apenas 430 na zona urbana. Estes dados demonstram que o município desde a gênese apresentava fortes características agrárias, com a predominância de pequenas propriedades que utilizam mão de obra familiar. Destaca-se ainda que estas propriedades tivessem em média de 12 á 20 ha de terras as quais eram destinadas ao cultivo da soja, trigo e milho, bem como a atividades de pecuária como a criação de gado leiteiro e a criação de suínos.

Assim, da necessidade de comercialização de produtos provenientes, sobretudo da área rural, no ano de 1953 um grupo de agricultores, juntamente com a comunidade chegou à conclusão de que a então “linha São Paulo” estava preparada e tinha condições de criar a sua própria cooperativa, fundando então a “Cooperativa Agrícola São Rafael”. Em 1974, após 21 anos de atividade a Cooperativa é extinta e seu patrimônio doado a Cooperativa Triticola de São Paulo das Missões (COTRISA) que permanece até a atualidade, porém logrando menos êxito que sua versão anterior. Esta foi apenas uma das formas de associação que não tiveram os resultados esperados pela comunidade. A Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT), também surge neste espaço para tentar orientar e (re) organizar os colonos, quanto à forma de produzir, técnicas, alternativas de mercado, entre outros, porém logo se extingue.

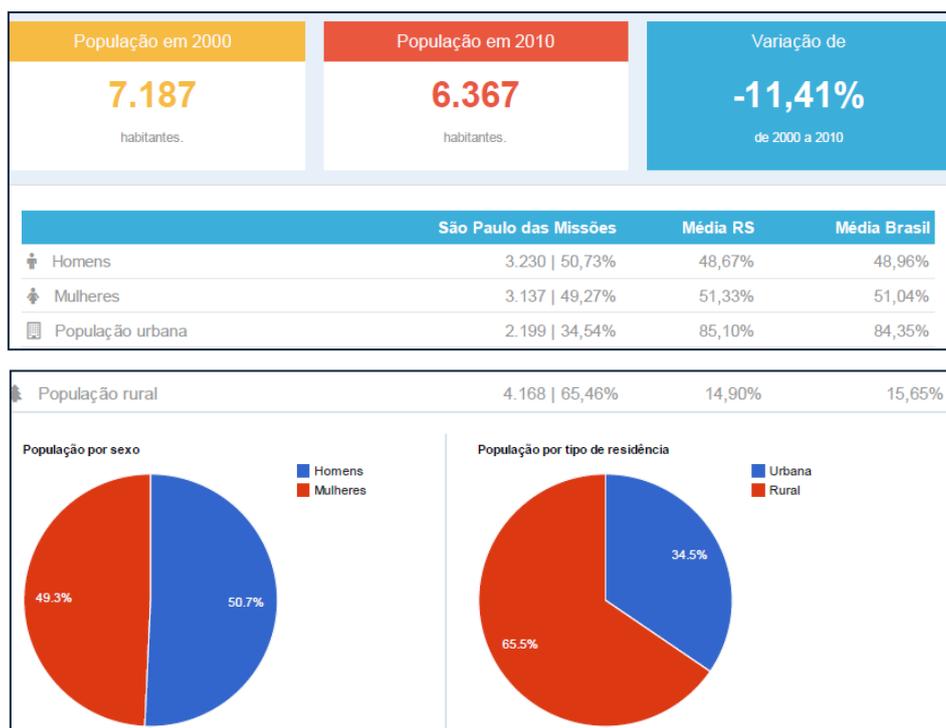
Percebe-se pelo histórico, que neste espaço predominam elementos e interesses que configuram o rural, porém este por vezes se funde ao urbano, aparentando um só lugar.

Analisando as informações do IBGE dos anos de 2000 e 2010 sobre a população, e considerando as coletas de dados e trabalhos de campo realizadas na área observa-se uma característica bastante peculiar que vem ocorrendo nos pequenos municípios de caráter rural, principalmente em São Paulo das Missões, o envelhecimento da população, bem como o deslocamento de jovens para cidades maiores. Conforme censo de 2010 são 2190 pessoas acima dos 60 anos no município.

Infere-se que a população que emigra o faz para cidades médias ou grandes e não para a área urbana do município, uma vez que este não possui uma variedade de serviços ou prestação destes para oferecer.

Nesse sentido o número de habitantes a cada novo censo encontra-se reduzido, observando o primeiro censo (1970), quatro anos após a emancipação (Figura 1), percebe-se que este vem refletindo a estagnação no setor agropecuário ou mesmo devido à falta de mão de obra familiar, uma vez que os jovens estão abandonando estes espaços, para estudar ou trabalhar em outras atividades, em municípios maiores.

Figura 1 - Distribuição da População Rural e Urbana em São Paulo das Missões/RS



Fonte: www.estadosecidades.inf.br/rs/saopaulodasmissoes:acesso

Org: Eich,A. 2015

A chegada dos colonos alemães em São Paulo das Missões constituiu uma transformação dos hábitos e das técnicas agrícolas praticadas pela civilização que habitava o estado. Mesmo levando em conta as práticas iniciais que antecederam a

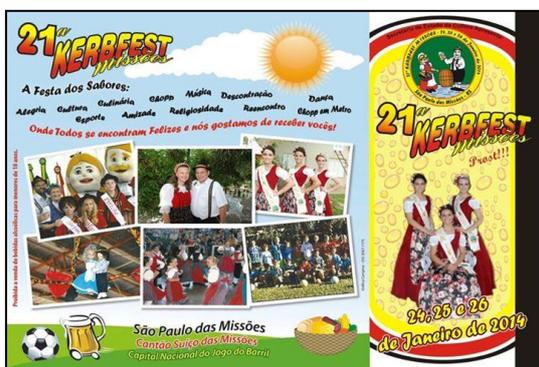
colonização alemã, nada se assemelhava à colonização dos mesmos em terras rio-grandense. Os espaços ocupados pela imigração anterior (açoriana) não exigiam a dura luta pela conquista de terras, como ocorreu nesta área.

Nesse contexto, entende-se que o colono alemão que se estabeleceu no estado e em São Paulo das Missões, constitui uma mudança sociocultural cujo vulto se concretizou a partir de peculiaridades étnicas desse imigrante, numa matriz cultural nova á formação rio-grandense.

Estes colonos seguiram os pressupostos da atividade agrícola da Europa, baseada na pequena propriedade em difíceis condições de sobrevivência. No interior do espaço alemão, formou-se um modo produtivo eminentemente ruralizado, marcado por símbolos, e signos dotados de (re) significados que traduzem toda a herança cultural que estes colonos trouxeram consigo no período da imigração, na perspectiva de consolidarem sua identidade cultural e de perpetua-las às gerações futuras.

Inserida neste contexto está a Kerbefest que ocorre no município (Figura 2), fortalecendo a cultura alemã através de brincadeiras, jogos como do barril, danças e músicas típicas, na qual a comunidade inteira se envolve e participa e o monumento ao imigrante na entrada da cidade, que reproduz o orgulho dos moradores enquanto descendentes de imigrantes que colonizaram esta área e ainda conseguem manter vivas as memórias de seus antepassados, através destas representações no espaço geográfico e da historicidade repassada de geração a geração.

Figura 2-Folder da Festividade e monumento que homenageia os imigrantes, na entrada da cidade.



Fonte: arquivo do autor

Nesta perspectiva, a identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo (CRUZ, 1993). Ou seja, ela implica um

sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção das diferenças e da semelhança entre nós e os outros. As identidades, que são diferenciações em curso (SANTOS, 1994), emergem dos processos interativos que os indivíduos experimentam na sua realidade cotidiana, feita de trocas reais e simbólicas.

4- Considerações Finais

Isto posto, fica evidenciado que as características rurais são muito enraizadas neste recorte, as ruralidades sobrepõem-se sobre os demais aspectos. Não existem limites territoriais que determinem onde termina o rural e onde começa o urbano, a área como um todo está inserida num mesmo contexto, numa relação, de apropriação do espaço de tal forma que todos os seus elementos confluem a uma totalidade espacial.

Assim, a sociedade constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado, principalmente simbólico. Nesta lógica, pode-se dizer que as sociedades são resultantes de processos que foram contextualizados ao longo dos anos.

Através da identidade histórica dos moradores de São Paulo das Missões, das vivências deste povo, dos estímulos em manter e preservar características singulares deste pequeno município, (re) constrói-se uma dinâmica espacial calcada na legitimação social e cultural, que consequentemente favorece os esforços no que tange ao próprio desenvolvimento local.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (1992), **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs/ Unicamp/Hucitec.
- _____. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1999.
- _____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, nº 2, v. IV 2000.
- _____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, (2003).
- BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Maria Encarnação Beltrão
- BAPTISTA, F. O. **Agriculturas e territórios**. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p.

- CAMPANHOLA, C. & GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). (2000), *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna (SP), Embrapa Meio Ambiente, 4 vols.
- CARNEIRO, M. J. (1998), *Camponeses, agricultores e pluriatividade*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- _____. (1996a), “Pluriatividade no campo: o caso francês”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 11 (32): 89-105, São Paulo, out.
- CORRÊA, R. L.; CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e Temas**. 14. ed. Bertrand: Rio de Janeiro, 2003.
- CRUZ, R. D. «**Experiencias de la Identidad**». In *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 2, pp. 63-74. 1993.
- ENDLICH, M. A. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. Maria Encarnação Beltrão Sposito, Arthur Magon Whitacker (org.) 2. ed. Expressão Popular, São Paulo, 2010.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. A agricultura do Rio Grande do Sul. **25 anos de economia gaúcha**. Porto Alegre: FEE, v 3, 1978. 104p
- _____. Anuário Estatístico do RS-1997 e 2000. Porto Alegre: FEE
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: O que É?** Recife: Editora Massangana, 1982.
- INCAPER- **Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural**. Disponível em < <http://incaper.web407.uni5.net/revista.php?idcap=986>> . Acesso em 20/04/15.
- KAGEYAMA, A. (1998), “**Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos**”. *Economia Aplicada*, 2 (3): 515-551, jul./set. São Paulo.
- KAGEYAMA, A. **Os Rurais e os agricultores de São Paulo no censo de 2000**. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília, DF. v.20, n.3. p.413 a 451. (2004)
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias, Centauro, São Paulo, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. **Espacio y política**. Barcelona: Península, 1976.
- LINDNER, M. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades** Geografia Ensino & Pesquisa, v. 16, n.3 p. 19-36, set./dez. 2012
- NEDEL, A. M. **São Paulo das Missões: teu passado é nossa história**. Cerro Largo: Lenz, 2000
- SANTOS, B. de S. «**Modernidade, identidade e a cultura de fronteira**». *Tempo Social. Rev. Social. USP*, 5 (1-2): 31-52. (1994)
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São

Paulo, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** 1. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil:** o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v.30, n. 119, p.511-531, jul/set 2010.

SILVA, J. G. O novo Rural Brasileiro. *Revista Nova Economia*, v.7, n.1, p.43-81, mai/1997.

SILVA, M. N. S. O rural e o urbano: quantas questões! **Caminhos da Geografia.** Uberlândia, v.12, n. 39, ISSN 1678 – 6343, p. 181-197, setembro, 2011.

SOBARZO, O. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53-64. (Coleção Expressão).

SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e campo: relações e contradições entre o rural.** 2. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas, SP, Autores Associados, 2002.

VEIGA, J.E. **Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.3, n1, p.123-149, jan-abr/2007.